



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM QUÍMICA**

Maria Myrella Pereira

CURRÍCULO DE QUÍMICA

PRESCRITIVIDADE VERSUS PLANEJAMENTO ANUAL

Campina Grande-PB

2014

Maria Myrella Pereira

CURRÍCULO DE QUÍMICA

PRESCRITIVIDADE VERSUS PLANEJAMENTO ANUAL

*Trabalho apresentado como requisito para obtenção do título de **Graduado em Licenciatura Plena em Química**, pela Universidade Estadual da Paraíba.*

Campina Grande-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P436c Pereira, Maria Myrella.
Currículo de Química [manuscrito] : prescritividade versus planejamento anual / Maria Myrella Pereira. - 2014.
35 p. : il. nao

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, 2014.

"Orientação: Prof. Me. Gilberlândio Nunes da Silva, Departamento de Química".

1. Currículo escolar. 2. Projeto político pedagógico. 3. Ensino de Química. I. Título.

21. ed. CDD 540.7

Maria Myrella Pereira

CURRÍCULO DE QUÍMICA
PRESCRITIVIDADE VERSUS PLANEJAMENTO ANUAL

*Trabalho apresentado como
requisito para obtenção do título
de **Graduado em Licenciatura
Plena em Química**, pela
Universidade Estadual da
Paraíba.*

Orientador: Profº. Msc. Gilberlândio Nunes da Silva

Campina Grande-PB

2014

Maria Myrella Pereira

**CURRÍCULO DE QUÍMICA
PRESCRITIVIDADE VERSUS PLANEJAMENTO ANUAL**

*Trabalho apresentado como
requisito para obtenção do título
de **Graduado em Licenciatura
Plena em Química**, pela
Universidade Estadual da
Paraíba.*

APROVADA EM 18/12/14

BANCA EXAMINADORA

Gilberlândio Nunes da Silva

Prof. Msc. Gilberlândio Nunes da Silva - CCT/DQ/UEPB
Orientador

Thiago Pereira da Silva

Pro Esp. Thiago Pereira da Silva - CCT/DQ/UEPB
Examinador (a)

Francisco Ferreira Dantas Filhos

Prof. Dr. Francisco Ferreira Dantas Filhos - CCT/DQ/UEPB
Examinador(a)

Campina Grande-PB

2014

À minha mãe Doracy, que com muito carinho e apoio, não mediu esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante essa caminhada. Agradeço também ao professor M. Sc. Gilberlândio Nunes da Silva, responsável pela realização deste trabalho e aos meus amigos e colegas, pelo apoio constante. Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, a minha amada mãe Doracy Domingos de Santana.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo do PPP da Escola Pública analisada com os Documentos Legais.....	25
--	----

LISTA DE SIGLAS

CTS – Ciência Tecnologia e Sociedade

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica

PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

Filipenses 4:13

RESUMO

A educação no Brasil é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - a Lei 9.394/96. Com base nessa lei, vários documentos foram produzidos pelo Ministério da Educação com a finalidade de orientar as práticas educativas nas escolas brasileiras. Entre eles, estão os Parâmetros Curriculares Nacionais - os PCN, PCNEM e PCN+, as Orientações Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio – OCNEM, entre outros. Neste contexto, desenvolveu-se este trabalho, que tem como objetivo diagnosticar se o Projeto Político Pedagógico encontra-se dentro das perspectivas descritas pelos documentos referenciais curriculares no contexto atual. O sujeito da pesquisa foi a Escola Estadual Joana Emília da Silva situada no município de Fagundes – PB. Por fim, todo o material levantado foi confrontado com os documentos oficiais mencionados anteriormente, com o intuito de traçar um perfil da escola e observar até onde este perfil é compatível com as recomendações legais brasileiras. Desta forma, foi possível constatar que o Projeto Político Pedagógico em análise não está totalmente articulado com os documentos legais. Neste sentido, a escola analisada necessita de mudanças urgentes, para se adequar aos documentos prescritos, em busca de melhorar o ensino de química.

Palavras- chave - Documentos oficiais, Currículo, Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

Education in Brazil is governed by the Law of Education Guidelines and Bases - Law 9.394 / 96. Under this law, several documents were produced by the Ministry of Education in order to guide the educational practices in Brazilian schools. Among them, the National Curricular Parameters are - the NCP, NCP and PCNEM +, the National Curriculum Guidelines for Secondary Education - OCNEM, among others. In this context, this work was developed, which aims to diagnose whether the Pedagogical Political Project is located within the perspectives described by curricular reference documents in the current context. The research subject was the State School Joana Emilia da Silva in the municipality of Fagundes - PB. Finally, all the material raised was faced with the official documents mentioned above, in order to draw a school profile and watch how far this profile is compatible with the Brazilian legal recommendations. Thus, it was established that the Pedagogical Political Project under consideration is not fully articulated with the legal documents. In this sense, the school analyzed requires urgent changes to suit the prescribed documents, seeking to improve chemistry teaching.

Key words - Official documents, Curriculum, Pedagogical Political Project.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 ENSINO DE QUÍMICA.....	15
1.2 CURRÍCULO DE QUÍMICA.....	16
1.2.1 Teorias do Currículo	16
1.2.2 Objetivos do Currículo	17
1.2.3 Proposta Curricular para a Disciplina de Química	17
1.3 A LEI DAS DIRETRIZES E BASES.....	19
1.4 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....	20
1.5 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	22
2 METODOLOGIA	24
3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	25
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	29
4.1 ANÁLISES DOS RESULTADOS DO PPP DA ESCOLA EM COMPARAÇÃO AOS DOCUMENTOS PRESCRITOS.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

Historicamente os estudos sistemáticos e teóricos sobre o currículo foram iniciados em 1918, com Bobbit e sua obra *The Curriculum*, na qual o currículo era visto como algo atribuído para o aluno, não obstante John Dewey já tivesse escrito um estudo nomeado *The child and the curriculum*, em 1902, focando o currículo como algo atribuído para o professor. Desde então, o estudo do currículo vem despertando grande interesse dos educadores, principalmente nos Estados Unidos, cuja influência vem se refletindo no Brasil ao longo dos anos.

É importante informar que o currículo está inserido nas escolas como tema central nos projetos políticos pedagógicos (PPP), nas propostas dos sistemas de ensino, bem como nas pesquisas, na teoria pedagógica e na formação inicial e continuada dos docentes. Neste sentido, refletir sobre o currículo, contempla questões importantes e imprescindíveis para uma análise dos aspectos subjetivos referentes à sua concepção que se tem construído ao longo da história da educação brasileira.

Agregado ao currículo prescrito está à responsabilidade do professor em fazer um planejamento anual. Esse planejamento anual consiste em apresentar os principais objetivos do componente curricular, com a finalidade de fazer um planejamento que auxilie no desenvolvimento crítico, reflexível e prático do aluno sob o ponto de vista científico. O PPP funciona como um norteador de procedimentos para se chegar ao desejo comum da comunidade escolar (professores, alunos, diretor, funcionários, familiares, entre outros interessados), principalmente no tocante ao tipo de cidadão que se pretende formar. Este é sistematizado por três etapas principais: Problematização, instrumentalização e conceituação, estas são fundamentais no desenvolvimento das atividades que se pretende trabalhar dentro do processo de ensino e aprendizagem dos alunos nas escolas.

No PPP é possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência.

Neste sentido, torna-se fundamental ter clara a importância do PPP como um documento norteador das práticas e ações realizadas na instituição escolar, tendo em vista que possui uma intencionalidade. Conforme afirma Veiga (2004). Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível. Ele não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado às autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas, pois envolve os indivíduos presentes no processo educativo escolar, de modo que subsidia a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola.

Neste contexto, o político e o pedagógico são indissociáveis, de maneira que o projeto político-pedagógico deve ser considerado um processo constante de discussão e reflexão dos problemas vivenciados pela comunidade escolar, além de possibilitar a busca de alternativas para efetivar a sua real intenção.

Foi pensando nestas questões que o objetivo geral desta investigação foi analisar o PPP da Escola Estadual Joana Emília da Silva da Cidade de Fagundes – Paraíba, a luz dos documentos referenciais curriculares nacionais. Neste sentido, os objetivos específicos são: Verificar se o PPP da escola está em concordância com os documentos prescritos; Analisar as diretrizes teóricas do PPP.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O que se propõe com a elaboração dessa fundamentação teórica é a apresentação da forma objetiva para discutir questões referentes ao ensino de Química, abordando qual o seu objeto de estudo e suas perspectivas no espaço escolar. Em seguida, será discutido sobre currículo de Química.

1.1 ENSINO DE QUÍMICA

A base da Química resume-se num tripé de três eixos fundamentais: transformações Químicas, materiais e propriedades, e modelos (BRASIL, 2002). A Química como Ciência se fundamenta em três tipos de níveis para se estruturar: fenomenológico, teórico e representacional. Na sociedade atual evidencia-se uma alta parcela de informações, que nem sempre são devidamente tratadas. A escola tem se tornado responsável por atender a essa demanda dos educandos. Grande parte desta tarefa cabe ao profissional professor que, no desenvolvimento do conhecimento técnico-científico, tem de desenvolver cada vez mais habilidades em seus alunos, o que requer, em muitos casos, um trabalho amplo e contextualizado.

Nem sempre o professor está preparado para atuar de forma interdisciplinar, relacionando o conteúdo com a realidade dos alunos. Os livros didáticos são, na maioria das vezes, utilizados como instrumentos educacionais que auxiliam os educadores a organizarem suas ideias, assimilar os conteúdos e proceder à exposição aos alunos, porém, o professor deve evitar utilizar apenas deste recurso didático em suas aulas (LOBATO, 2007).

Considera-se a necessidade de falar em educação Química, priorizando o processo ensino-aprendizagem de forma contextualizada, ligando o ensino aos acontecimentos do cotidiano do aluno, para que estes possam perceber a importância socioeconômica da Química, numa sociedade avançada, no sentido tecnológico.

1.2 CURRÍCULO DE QUÍMICA

Em relação ao currículo de Química, foi realizada uma abordagem levando-se em consideração as teorias curriculares, os objetivos do currículo, a proposta curricular para o ensino de Química.

1.2.1 Teorias do Currículo

O currículo escolar abrange as experiências de aprendizagens executadas pelas instituições escolares e que deve ser vivenciadas pelos estudantes. Nele estão prescritos os conteúdos que deverão ser abordados no processo de ensino-aprendizagem e a metodologia utilizada para os diferentes níveis de ensino.

O currículo deve contribuir para construção da identidade dos alunos na medida em que ressalta a individualidade e o contexto social que estão inseridos. Além de determinar os assuntos que deve ser ensinado, para aperfeiçoar as potencialidades e a criticidade dos alunos.

Nessa perspectiva, a função da teoria curricular é compreender e descrever fenômenos da prática curricular. É através da teoria que teremos a compreensão do objeto e intenções de um determinado grupo social. Temos como teorias do currículo, a teoria tradicional, teoria crítica e a teoria pós-crítica sistematizada no quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Sistematização das teorias do currículo

Teoria	Tradicional	Crítica	Pós-crítica
Objetivos	Preparar para aquisição de habilidades intelectuais através de práticas de memorização. Tinha como foco igualar o sistema educacional ao modelo organizacional e administrativo das empresas.	Tem preocupação em questionar os arranjos sociais vinculados à estrutura social, estimulando aceitação, ajuste e a adaptação. O professor é autoridade competente que direciona o processo pedagógico e o aluno é participante ativo da aprendizagem.	Direciona sua base para um currículo no qual se une conhecimento, identidade e poder com temas como gênero, raça, etnia, sexualidade, subjetividade, multiculturalismo, entre outros.

1.2.2 Objetivos do Currículo

Para Sacristán (1995) o currículo tem que ser entendido como cultura real que surge de uma série de processos, sendo visto como um objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar.

O currículo deve apresentar uma base comum e desenvolver competências básicas da formação, independente dos temas Químicos a serem escolhidos e o modo como serão trabalhados no sistema de ensino-aprendizagem. E reforça-se essa ideia, através da formulação de contextos socioculturais, diversificação da proposta curricular, estudo da história da Química e a inter-relação entre a Química, a Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e o meio ambiente (BRASIL, 2002).

O currículo, pensado em toda a sua dinâmica, não se limita aos conhecimentos relacionados às vivências do educando, mas introduz sempre conhecimentos novos que, de certa forma, contribuem para a formação humana dos sujeitos. Nessa perspectiva, um currículo para a formação humana é aquele orientado para a inclusão de todos no acesso aos bens culturais e ao conhecimento (LIMA, 2006). Assim, teremos um currículo a serviço da diversidade.

Um currículo referido a competências supõe que se aceite o desafio de promover os conhecimentos próprios de cada disciplina articuladamente às competências e habilidades do aluno. É com essas competências e habilidades que ele contará para fazer sua leitura crítica do mundo, para compreendê-lo e propor explicações, para defender suas ideias e compartilhar novas e melhores formas de ser, na complexidade que o mundo globalizado exige.

1.2.3 Proposta Curricular para a Disciplina de Química

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) exigem que as escolas organizem seus currículos para que seus conteúdos não se resumam a fins próprios adotando metodologias específicas. No entanto, em algumas situações o currículo escolar ainda está à disposição dos critérios escolhidos pelos professores, independente se estão seguindo ou não alguma

corrente educacional ou proposta filosófica durante a organização dos conteúdos.

Neste sentido, é importante pontuar que o sistema de ensino escolar, da organização do currículo e das situações reais de ensino-aprendizagem deve ser coerente à realidade social da escola, porque substituem a repetição e os padrões pelo original, pela criatividade e pela diversificação de identidades.

Pensar o currículo no tempo atual é viver uma transição, na qual, traços do velho e do novo se mesclam nas práticas cotidianas. É comum que o professor, quando formula o seu plano de trabalho, indique o que vai ensinar e não o que o aluno vai aprender.

O currículo elaborado pelas escolas é pensado coletivamente, em cada unidade escolar, visando enfrentar alguns desafios que a diversidade cultural do contexto escolar oferece. Esses desafios são atribuídos ao compromisso com uma escola cada vez mais democrática. A partir da temática da diversidade, a escola é chamada a enfrentar o desafio da diferença e do cruzamento de culturas. Ela precisa acolher as críticas e colocar em debate as diferentes manifestações culturais, os diferentes saberes e as diferentes óticas dos educando.

Segundo Silva (1999) é necessário entender o currículo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio às relações sociais, e que contribuem para construção das identidades dos estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.

Nesta perspectiva, o conhecimento escolar deve estar atrelado aos elementos centrais do currículo, e sua aprendizagem constitui condição indispensável para que os conhecimentos socialmente produzidos possam ser apreendidos, daí a necessidade de um ensino ativo e efetivo, com um professor comprometido que conheça bem, escolha, organize e trabalhe os conhecimentos a serem aprendidos pelos alunos.

1.3 A LEI DAS DIRETRIZES E BASES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) 9394/96 foi criada pensando no futuro da educação brasileira, buscando melhorias para um ensino de qualidade através de propostas como: conhecimento com visão orgânica; facilitar o acesso à informação ao estudante; relacionar disciplinas do currículo com os contextos social e pessoal dos alunos; reconhecer a linguagem como componente de construção do conhecimento, assim como o fator histórico; usar os fatores pessoal e emocional para desenvolver as habilidades intelectuais de cada aluno.

A LDB divide a educação em dois níveis: I – Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – Ensino superior.

A educação básica mencionada no artigo 22º Brasil (1996) cita:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

A LDB, preocupando-se com o Ensino Brasileiro delineou as diretrizes para a formação básica do cidadão, que são de suma importância para o desenvolvimento do planejamento escolar. Para tal formação, segundo o artigo 32º Brasil (1996) da LDB, é necessário:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

A LDB, 9.394/96 aprovada em vinte de dezembro de 1996, determina no artigo 26º Brasil (1996) que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e

estabelecimento escolar, por uma diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, quando as competências e habilidades são valorizadas potencializa o aprendizado de forma direta, e contribui para a efetivação de uma Educação Básica de qualidade.

O currículo para o Ensino Médio brasileiro tem uma base nacional comum, que deve ser complementada por cada sistema de ensino, de acordo com as características regionais e sociais. Além da LDB, o Ensino Médio é normatizado por outros documentos, como as DCNEM.

1.4 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram publicados em 1997 como referencial de qualidade para a educação no Brasil. Não almejava organizar um modelo de currículo homogêneo e impositivo. Tinha o objetivo de auxiliar reflexões e debates sobre educação nas mais diversas regiões do território brasileiro. Apresenta-se como uma proposta aberta e flexível. Destacam como orientações e perspectivas para a organização dos conteúdos, os seguintes pontos: valorização do desempenho individual do aluno (experiência escolar, histórico pessoal, tradições culturais e aspectos relacionando-o a veiculação da mídia); e a interação da sociedade com o mundo nos âmbitos econômico, cultural e ambiental a partir dos saberes científico e tecnológico (BRASIL, 2002).

Esse conjunto de proposições expressas responde as necessidades de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do país se organiza, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado no princípio da democracia (BRASIL, 1997). Eles orientam sobre o que e como ensinar. Os PCN propõem um conjunto de componentes curriculares designados de temas transversais, com a finalidade de incorporar diversos assuntos e abrir espaço para o tratamento de questões

sociais emergentes, buscando um tratamento didático que contemple a complexidade e dinâmica das mesmas.

Sendo assim, os PCN indicam diferentes objetivos para o ensino fundamental e médio, tendo como principal proposta construir, através da educação, a cidadania dos alunos. Para atingir tal objetivo, é necessário que a escola tenha seu funcionamento dentro dos modelos de cidadania. A escola só cumprirá com seu objetivo se o PPP estiver articulado valores coletivos, e principalmente, como os compromissos assumidos coletivamente por a comunidade escolar. É importante colocar que a prática pedagógica dos professores deve estar atrelada à vivência cotidiana dos alunos, e o consenso escolar. Neste contexto, a proposta dos PCN é fazer com que a escola trabalhe comprometida com seu objetivo maior, que é o de educar para o exercício da cidadania.

O projeto político pedagógico da escola deve ser um processo contínuo de discussão de objetivos, conteúdos, estratégias e critérios de avaliação. Os próprios PCN devem ser discutidos, analisados, dentro do processo de construção, instalação e avaliação do PPP.

De acordo com o MEC, responsável pela elaboração, distribuição e implantação de tais parâmetros:

Esse material foi elaborado a fim de servir como ponto de partida para o trabalho docente, norteando as atividades realizadas na sala de aula. O documento é uma orientação quanto ao cotidiano escolar, os principais conteúdos que devem ser trabalhados, a fim de dar subsídios aos educadores, para que suas práticas pedagógicas sejam da melhor qualidade.

Os PCN estão divididos a fim de facilitar o trabalho da instituição, principalmente na elaboração do seu PPP. Os PCN apresentam seis volumes das respectivas áreas do conhecimento, como: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história, geografia, arte e educação física.

Os PCN sugerem que o conhecimento deve ser construído de etapas que insira o aluno no processo de ensino e aprendizado, dando oportunidade ao aluno nas ações que leve ele a se sentir ativo no processo, construindo conhecimento de forma interdisciplinar. Para isto a sugestão é o uso dos temas transversais como: Ética, Pluralidade cultural, Meio ambiente, Saúde,

Orientação sexual e Trabalho e consumo. Esses temas transversais quando bem discutidos e apresentados, são de suma importância no processo de construção da cidadania e é de grande contribuição na formação de uma nova sociedade, onde o respeito ao ser humano, à vida, à natureza, seja regra e não a exceção.

Um dos eixos norteadores dos PCN é o fortalecimento da Educação Básica voltada para a cidadania como uma das formas de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. A nova proposta dos PCN é oposta ao sistema de memorização de formulas e ideias já existentes, pois assim, o aluno é capaz de entender o significado dos processos biológicos, físicos e químicos que ocorrem no mundo numa visão microscópica.

1.5 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O PPP é um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim. É chamado de político porque reflete as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão, como membro ativo e transformador da sociedade em que vive. Pedagógico porque expressa as atividades pedagógicas e didáticas que levam a escola a alcançar os seus objetivos educacionais. É importante que o PPP seja entendido na sua pluralidade, isto é, naquilo que diretamente contribui para os objetivos prioritários da escola, que são as atividades educacionais, e naquilo cuja contribuição é indireta, ou seja, as ações administrativas.

O PPP é o plano global da escola, um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade. Sua construção deverá permitir o encontro, a reflexão, a ação sobre a realidade. O político e o pedagógico são dimensões indissociáveis, porque propiciam a vivência democrática necessária à participação de todos os membros da comunidade escolar.

Cada unidade escolar deve elaborar o seu PPP, documento fundamental e norteador que identifica a escola, estabelece os princípios teórico-metodológicos a serem desenvolvidos na unidade, a estrutura curricular e os processos de avaliação, apontando o seu fazer educativo que deve ser pautado nas diretrizes curriculares tendo como base a sua própria realidade.

Segundo Veiga (1995), um PPP ultrapassa a dimensão de uma proposta pedagógica. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com compromissos, interesses reais e coletivos defendidos pela articulação ao compromisso sócio – político da população majoritária. Ele é fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. Antes de tudo, é um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.

A sua importância está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com conseqüente compromisso coletivo. Ao construí-lo é fundamental que se tenha em mente a realidade que circunda a escola; realidade que se expressa no contexto da sociedade: econômico, político e social; e aquela que se verifica no contexto social da escola. A realidade da sociedade, certamente, afeta a vida da escola, assim como também afeta a sua realidade interna específica, o seu funcionamento, possibilidades e limites. Não levar em consideração os aspectos sociais que envolvem a escola no planejamento educacional pode fazer com que o planejamento falhe em seus resultados.

2 METODOLOGIA

Marconi e Lakatos (2007) afirmam que a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. As autoras acrescentam que a finalidade da pesquisa é descobrir respostas para as questões levantadas por meio de métodos científicos.

Segundo Gil (1999), a pesquisa é um processo formal, sistemático de desenvolvimento científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

A presente pesquisa tem natureza qualitativa, com análise documental e realizou-se uma análise do PPP da Escola Joana Emília da Silva, no município de Fagundes, Paraíba. Logo a pesquisa apresentará quais as normas, posicionamentos e condutas adotadas pela referida escola, a fim de retratar a importância teórica e aplicação prática dada pela gestão da escola e corpo docente frente o Projeto Político Pedagógico.

O instrumento de coleta de dados foi o PPP. Na primeira etapa buscou-se fazer um levantamento do estado da arte através de diversas fontes bibliográficas, que discutissem sobre a importância da temática pesquisada. Na segunda etapa avaliou-se o PPP da escola comparando-o com as propostas descritas pelos documentos legais.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Tabela 1: Análise comparativa entre os Documentos Legais e o PPP da Escola Pública Analisada.

Tópicos	PPP segundo os Documentos Legais	PPP da Escola Pública Analisada	Algumas Considerações
(1) Sumário	Deve constar o nome de todos os capítulos com seus títulos e subtítulos e número de páginas.	Consta o nome de todos os capítulos com seus títulos e subtítulos e número de páginas.	O sumário está organizado da maneira correta. Está clara a estrutura do PPP.
(2) Apresentação	A escola apresenta seu PPP esclarecendo suas ideias, com aspectos que julgam importantes.	A escola apresenta seu PPP esclarecendo suas ideias.	Na apresentação estão claras as ideias da escola, logo, ficará mais fácil executá-las.
(3) Identificação	A escola deve apresentar seus dados de identificação (nome, endereço,...).	A escola apresenta seus dados de identificação (nome, endereço,...).	A escola identificou-se de forma correta.
(4) Justificativa	É a descrição do “porque fazer?” Contempla o diagnóstico e a análise da educação cujas informações possibilitam desenvolver melhoria da escola. Devem constar na justificativa os índices do IDEB; resultados de aprovação, reprovação, evasão escolar; condições físicas da escola; carências de recursos humanos; entre outros. A partir da análise, é possível sugerir alternativas para a melhoria do ensino.	Não é descrito o “porque fazer?” Não contempla o diagnóstico e a análise da educação, não constam os índices do IDEB; resultados de aprovação, reprovação, evasão escolar; condições físicas da escola; carências de recursos humanos; entre outros.	Como não foi descrito o “porque fazer?” A escola não tem como desenvolver melhorias na qualidade de ensino, visto que, a própria não apresenta resultados que contribuam para a melhoria do processo educacional.
(5) Visão, missão, objetivos e metas	A visão corresponde às perspectivas que a Escola propõe. A missão é compromisso assumido pela Escola. Os	É exposto o compromisso da escola. Os objetivos juntamente com as metas	A escola pública analisada apresenta o seu compromisso, os objetivos e as metas. Logo,

	objetivos envolvem o que de mais importante precisa ser transformado para que se atinja uma situação ideal. As metas são as determinações dos objetivos sendo os limites para atendimento dos mesmos.	determinam o que de mais importante precisa ser transformado para que se atinja resultados positivos.	acredita-se na necessidade de colocá-los em prática para atingir melhores resultados.
(6) Princípios Educativos	O conjunto de diretrizes com as quais os agentes educativos devem manter coerência de conduta. A Escola poderá definir princípios tais como inclusão, sustentabilidade, diversidade, solidariedade, igualdade dentre outros a depender da consciência do grupo.	Não é relatado nenhum princípio educativo no PPP da escola pública analisada.	O PPP da escola não relata nenhum princípio educativo, sendo assim, os educadores podem não refletir sua prática pedagógica e consequentemente, não se sentirão motivados para o planejamento.
(7) Fundamentação Teórica	Devem constar as concepções, conceitos e princípios que respondem às questões de natureza filosófica, epistemológica e didático-pedagógica.	Não está baseada nas concepções, conceitos e princípios que respondem às questões de natureza filosófica, epistemológica e didático-pedagógica.	A fundamentação do PPP analisado não está bem baseada, portanto, os profissionais da educação não tem a compreensão do que está por trás da prática e, por isso, poderão não desenvolver um bom trabalho.
(8) Metodologia	Consiste na formulação de perguntas e questionamentos para problematizar a realidade. As questões devem ser específicas e condizentes com a realidade da comunidade.	Não está fundamentada na formulação de perguntas e questionamentos para problematizar a realidade.	Por não estar apoiada na formulação de indagações, não é possível problematizar a realidade. É necessário traçar um caminho para se chegar a melhorar o processo educacional.
(9) Organização	A descrição de como está estruturado o	Não é descrito como está	O PPP não está estruturado

Escolar	ensino em sintonia com o que apresenta a atual LDB nº 9.394/96.	estruturado o ensino em sintonia com o que apresenta a atual LDB nº 9.394/96.	em sintonia com a LDB, logo, o desenvolvimento do aluno ficará comprometido.
(10) Estrutura Organizacional	Consiste no detalhamento dos diferentes serviços (equipe gestora, pedagógica, relação dos funcionários, funções e categorias) com competências específicas, de tal forma que reflita o trabalho da Escola de forma articulada e em parceria.	Consta o detalhamento dos diferentes serviços (equipe gestora, pedagógica, relação dos funcionários, funções e categorias) com competências específicas.	Todos os serviços são detalhados e nota-se que a equipe possui competências específicas para cada área de atuação.
(11) Estrutura Física	Apresentar o espaço físico destacando a funcionalidade dos ambientes.	Apresenta o espaço físico destacando a funcionalidade dos ambientes.	O espaço físico é apresentado, juntamente com a utilidade do mesmo.
(12) Proposta Curricular	Deve conter um breve texto sobre currículo e a composição curricular, ou seja, como o currículo está estruturado.	Não consta um breve texto sobre currículo e não é informado como o currículo está estruturado.	Por conseguinte, sem um currículo bem estruturado a escola terá dificuldades quanto a determinação de conteúdos, definição de objetivos para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para promover um ensino de qualidade.
(13) Plano de Atividades	Considera os problemas mais urgentes ou mais graves identificados no diagnóstico. Deixa claros objetivos gerais, específicos e metas em relação aos problemas. Defini a necessidade de recursos para o alcance de objetivos e metas, as formas de avaliar e monitorar a introdução das atividades realizadas.	É descrito os problemas mais urgentes ou mais graves. Porém, não estão claros os objetivos gerais, específicos e metas em relação a esses problemas identificados.	Além de descrever os problemas identificados, é necessário deixar claro os objetivos e as metas em relação a esses problemas. Senão, há necessidade de levantar os problemas e ir em busca de soluções para

			melhorar o ensino no espaço escolar.
(14) Implementação e Avaliação	Prevê o modo pelo qual a equipe de direção da escola deverá acompanhar a execução do PPP, bem como o trabalho dos professores, apoiando-os nas dificuldades que surgirem, provendo os recursos necessários. O PPP deve ser de avaliado de forma contínua para permitir o atendimento de situações imprevistas, correção de desvios e ajustes das atividades propostas.	Não é dito como a equipe da direção da escola irá acompanhar a execução do PPP e nem como será a avaliação do mesmo.	Como não é dito como será a execução do PPP e a avaliação do mesmo, a escola não terá um bom desempenho. Pois, os professores não terão o apoio necessário nas situações que surgirem e sem a devida avaliação, não será possível a correção e ajuste das atividades propostas. Portanto, a aprendizagem dos alunos será afetada.
(15) Diagnóstico de Realidade	A descrição das características da comunidade, suas necessidades, limites e possibilidades.	Não é descrito as características da comunidade, suas necessidades, limites e possibilidades.	Um dos aspectos mais importantes e o PPP não apresenta. Pois, não tem sentido construir um PPP sem ter conhecimento da realidade da comunidade escolar.
(16) Referências	A escola coloca as referências bibliográficas e/ou virtuais que foram utilizadas na construção do PPP.	São mencionadas as referências bibliográficas e/ou virtuais que foram utilizadas na construção do PPP.	O PPP apresenta as referências utilizadas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Para que a escola esteja organizada e os problemas sejam identificados e possivelmente solucionados, é necessário que um PPP seja construído. O PPP define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. É uma etapa muito importante no desenvolvimento de uma escola que deseja um ensino eficiente e de qualidade.

4.1 Análises dos Resultados do PPP da Escola em Comparação aos documentos Prescritos.

Para a organização desse projeto é de suma importância à ação de todos os que fazem parte do funcionamento da escola, inclusive os pais dos alunos que frequentam a mesma. Com isso, fica claro que é preciso agir em conjunto, só assim, é possível haver um bom funcionamento no dia-a-dia da vida escolar.

Um das questões mais importante e indispensável do PPP é o tópico (15) da tabela1. A escola deve levantar as características atuais da comunidade, suas limitações e possibilidades, os seus elementos identificadores. Esse levantamento constitui de um diagnóstico que leva em consideração características sociais, econômicas e culturais e servirá de base para a definição dos objetivos, o modelo de gestão que será adotado, os conteúdos que serão trabalhados, as formas de organização e funcionamento da unidade escolar e sua função social no contexto local. Porém, o PPP da escola analisada, não possui esse diagnóstico, sendo assim, o que poderá dificultar o processo educacional. Segundo Gadotti (2000) destaca que o projeto pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições, logo, não existem duas escolas iguais, isso significa que cada escola deve construir seu próprio PPP.

Quando comparado às informações do PPP da escola analisada nos tópicos (1), (2), (3) e (16) da Tabela1 aos documentos legais, é possível afirmar que esses apresentam grande relação com os documentos prescritos. A definição de sumário apresenta e identifica com clareza alguns elementos que

constituem o formato do PPP e descreve as referências utilizadas. Logo, a estrutura do PPP e as ideias estão apresentadas de forma precisa, o que tornará mais fácil a execução do PPP.

A escola analisada apresenta dois tipos básicos de estruturas, a administrativa e pedagógica. Com base na análise descrita nos tópicos (10) e (11) da Tabela 1 é possível afirmar que a escola analisada possui uma boa estrutura administrativa. Pois, seu espaço físico é completamente utilizado e apresenta um quadro contendo a relação de todos os funcionários, com suas funções por categoria, este ponto estar em concordância com os documentos legais. Nota-se também que, todos os funcionários, possuem competência para atuar na área.

Quanto à estrutura pedagógica, é indispensável alguns pontos básicos, como o tópico (5) da Tabela 1. Como afirma Veiga (2005) a importância da escola, mais do que pedagógica é também social, pois a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização social. Nesse aspecto, o PPP da escola analisada apresenta seus objetivos e compromissos conforme apontam os documentos prescritos.

Em relação a outros aspectos, o PPP da escola analisada demonstra algumas falhas. Como pode ser visto no tópico (4) da Tabela 1, onde a justificativa não contempla o motivo, a razão, a necessidade da melhoria da escola. Logo, não será possível propor alternativas para superar as dificuldades e promover a melhoria do ensino.

No tópico (6) da Tabela 1, é notória a falta dos princípios educativos (diversidade, igualdade, pluralidade de ideias, entre outros), devido a isso, os educadores poderão não saber em sua prática esses aspectos comprometendo o processo de ensino. E conforme Ferreira (2000) se formarão as personalidades dos alunos inconscientes dos objetivos a serem trabalhados e os valores que os sustentam, nesse sentido, ainda o autor afirma que é de suma importância à construção coletiva humana e social do projeto formador.

Nos tópicos (7) e (8), também foi possível verificar a falta de uma fundamentação teórica baseada nas concepções, conceitos e princípios que respondem às questões de natureza filosófica, epistemológica e didático-pedagógica e de uma metodologia fundamentada na formulação de perguntas e questionamentos que problematize a realidade da escola em estudo. Logo o

PPP da escola analisada não está bem fundamentado e sua metodologia não está apoiada na construção de indagações sistematizadas pelos documentos legais. Neste sentido, os profissionais da educação poderão não atender as necessidades dos alunos. Limitações dessa natureza, levam os professores a conduzir uma prática educacional sem o norteamo do contexto sócio cultural dos educandos.

Os tópicos (9) e (12) da Tabela 1 estão interligados. Pois, a organização escolar e a proposta curricular devem estar em sintonia com o que apresenta a atual LDB nº 9.394/96.

Segundo Veiga (2002):

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito (VEIGA, p. 7, 2002).

Entretanto, a organização do PPP da escola analisada, em alguns aspectos não está de acordo com o que aponta os documentos legais, conseqüentemente, não apresentando uma estrutura curricular coerente.

Essas etapas complementam-se com o propósito de contribuir na formação do indivíduo, ou seja, no seu processo de obtenção do saber. Mas, o fato do PPP da escola em análise não estar organizado de acordo com os documentos legais, pode refletir de forma negativa no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Analisando o tópico (13) da Tabela 1, observa-se que no PPP da escola em estudo são descritos os problemas mais urgentes, porém, não é mostrado um plano de atividades para solucionar tais problemas. Relacionando os tópicos (13), e (14) notou-se que a escola analisada não diz como executará o PPP, e não deixa claro como o mesmo será avaliado. Segundo Freitas et al (2004) afirma que:

A peça chave na questão da avaliação institucional é o projeto político pedagógico da escola e suas relações com a gestão escolar. Tem como pressuposto a gestão escolar democrática e participativa e articula seus compromissos em torno à construção do projeto pedagógico da escola (FREITAS et al, p. 68 – 69, 2004).

Todavia, sem um plano de atividades, sem saber como executar o PPP e sem um meio de avaliação, a escola não terá um bom desempenho. Pois, uma vez que, o PPP não é avaliado, não é possível corrigir os problemas descritos no plano de atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visível a importância do currículo no contexto escolar, social e cultural e, por isso, tornou-se, uma ferramenta indispensável no processo de transformação educacional. A escola, por meio do currículo, é uma das instituições capazes de contribuir para que a realidade do contexto social da escola seja refletida e conscientizada pelos alunos, aproximando-se da sociedade, sobretudo da comunidade onde está inserida.

A LDB deduz a gestão democrática, onde todos os segmentos devem ser convidados a participar da organização da estrutura física, política e pedagógica, ou seja, a organização do currículo é resultado de um trabalho conjunto, que expressa os anseios e as perspectivas da comunidade local, onde sua organização deverá ser buscada de dentro para fora. O auxílio para a realização dessa tarefa será o empenho coletivo na construção de um PPP.

É preciso entender o PPP da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para isso, é indispensável à contribuição dos educadores para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessária, nesse sentido, é notória a necessidade de mudanças na referida escola, pois as análises dos resultados desta pesquisa mostraram em diversos tópicos do PPP que a escola não atende as perspectivas descritas pelos documentos legais.

Assim como o PPP, o planejamento deve ser parte do cotidiano de todos os indivíduos e compete à escola planejar sua atuação com base em suas necessidades e possibilidades, pois, é na escola que a formação sociocultural do indivíduo se intensifica. Nesse sentido, é importante pontuar que a referida escola precisa passar por mudanças urgentes no seu PPP e na estrutura educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9.394, de 20 de dez. Brasília, 1996.

BRASIL, MEC. **As Novas Diretrizes Curriculares que Mudam o Ensino Médio Brasileiro**: Brasília, 1997.

BRASIL Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec). **PCN + Ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/Semtec, 2002.

FERREIRA, Naura S.C; AGUIAR, Márcia da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. Cortez, 2000.

FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: **Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Elvira Souza. Currículo e desenvolvimento humano. In: _____. **Indagações sobre currículo**. Secretaria de Educação Básica. MEC/ Brasília-DF. 2006. p. 13-47.

LOBATO, A., C., **A abordagem do efeito estufa nos livros de química: uma análise crítica**. Monografia de especialização. Belo Horizonte: CECIERJ, 2007.

MEC – **Ministério da Educação e Cultura**. Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos – Avaliação e Planejamento – Caderno 4 – SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – 2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Org.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

VEIGA, I. P. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

VEIGA, Alfredo Neto. **De Geometrias, Currículo e Diferenças IN: Educação e Sociedade**, Dossiê Diferenças, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.